DECRETO No 161, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ADENDO VI

## AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL – ACM

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL – ACM**1. Identificação do Proprietário e do Responsável pelo Uso do Imóvel/ Edificação:a) Nome do proprietário: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_b) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_c) Responsável pelo Uso do Imóvel/Edificação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(informar o responsável pela atividade comercial a ser desenvolvida no endereço)d) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_e) Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_f) CNPJ no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_2. Identificação do Imóvel/Edificação:a) Endereço do Imóvel/Edificação Rua: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Cadastro Imobiliário: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_3. COMO RESPONSÁVEL PELA EDIFICAÇÃO, DECLARO:3.1 – Quanto a REGULARIDADE do Imóvel/Edificação (informações relativas a Carta de Habitação do Imóvel/Edificação):Que o imóvel localizado no endereço acima encontra-se:1. ( ) TOTALMENTE regularizado, sendo:

Carta de Habitação no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_1. ( ) PARCIALMENTE regularizado, sendo:

Carta de Habitação no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Área Licenciada (m²); \_\_\_\_\_\_\_\_1. ( ) TOTALMENTE irregular, sendo:

Área Irregular (m²): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Se existe processo de regularização protocolado, informe o número/ano: \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_3.2 – Quanto ao RISCO DE INCÊNDIO do Imóvel/Edificação:3.2.1 – ( ) Imóvel/Edificação possuir APPCI: Se o imóvel/edificação estiver TOTALMENTE regular perante a legislação de prevenção contra incêndios, informe: a) O número do Alvará de Incêndio:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ b) Data de validade (dia/mês/ano):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_3.2.2 – ( ) Imóvel/Edificação estiver PARCIALMENTE regular frente a legislação de prevenção contra incêndios:Número Protocolo PPCI/CLCB: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Declaro que a edificação se enquadra nos seguintes requisitos:a) possui área total edificada do imóvel menos de 200 m² (duzentos metros quadrados)b) possuir até 2 (dois) pavimentos;c) está classificada com grau de risco de incêndio baixo ou médio, conforme as tabelas constantes no Decreto Estadual no 51.803, de 10 de setembro de 2014, e suas alterações; não se enquadrar nas divisões F-5, F-6, F-7, F-11, F-12, G-3, G-4, G-5 e G-6, e nos grupos L e M, conforme as tabelas constantes no Decreto Estadual citado na alínea anterior;d) não possuir depósito ou áreas de manipulação de combustíveis, inflamáveis, explosivos ou substâncias com alto potencial lesivo à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como: peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, substâncias tóxicas, substâncias radioativas, substâncias corrosivas e substâncias perigosas diversas;1. não possuir mais de 26 kg (vinte e seis quilogramas) de GLP (gás liquefeito de petróleo).

3.2.3 – ( ) Imóvel/Edificação declarada como PONTO de REFERÊNCIA: Declaro que o imóvel acima identificado é utilizado pela empresa como ponto de referência, sendo que as atividades do estabelecimento serão desenvolvidas de forma virtual ou fora do estabelecimento, prestando serviços ou realizando negócios de compra e venda de mercadorias por meio de representações, internet, telefone, catálogo, folheto ou similares, sem estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega. Os produtos serão entregues diretamente do fornecedor para o comércio ou para o consumidor final, ficando esse sujeitado ao cumprimento dos seguintes requisitos da legislação vigente:a) o endereço do estabelecimento seja utilizado para exercer atividades administrativas pelo próprio, vedada a aglomeração regular de terceiros;b) todos os negócios de compra e venda de mercadorias sejam realizados através da internet, via telefone, catálogo ou folheto;c) as atividades solicitadas sejam exercidas em outro local, ou em outra empresa ou cliente, onde existe uma filial registrada;d) não possua estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega, devendo todos os produtos serem entregues diretamente do fornecedor para o comércio e/ou para o consumidor final;e) não haja movimentação de carga e descarga no local.OBS: (*Para aqueles imóveis/edificações onde houver a declaração de Ponto de Referência estão dispensadas de apresentação do Alvará/protocolo de APPCI*)DECLARO que o imóvel e a atividade a ser desenvolvida no local, bem como sua capacidade de ocupação e classificação oferecem plenas condições fáticas para atender às formalidades estabelecidas na Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações.Assim, DECLARO que o imóvel atende e está adequado às exigências estabelecidas pela Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações. Abaixo assino e assumo total e inteira responsabilidade pelas instalações prediais, dos equipamentos e informações prestadas, sendo estas corretas e em conformidade com a legislação.Esta autodeclaração tem por finalidade a obtenção do Alvará de Funcionamento, tratado pelo Decreto no 161, de 13 setembro de 2022, para o imóvel acima identificado, para a empresa que realiza as atividades citadas no cabeçalho deste documento.

|  |
| --- |
| *-* *JUNTO A ESTE LAUDO TÉCNICO DEVEM SEGUIR (CONFORME O CASO) EM ANEXO*:*1. Alvará de Prevenção contra Incêndios, OU;* *2. Comprovante de protocolo junto ao Corpo de Bombeiros do projeto para obtenção do APPCI do imóvel objeto do empreendimento.* |

3.3 – Quanto ao Atendimento do Imóvel/Edificação à Legislação da ACESSIBILIDADE:3.3.1 – ( ) Imóveis/Edificações que estão TOTALMENTE regulares perante a legislação de acessibilidade:DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, possui as instalações mínimas (acesso, sanitários e passeio público) de atendimento à legislação federal, estadual e municipal e que estabelece as regras de acessibilidade do imóvel/edificação.3.3.2 – ( ) Imóveis/Edificações que estão PARCIALMENTE ou TOTALMENTE irregulares perante a legislação de acessibilidade.Em havendo infrações estas deverão ser regularizadas através do enquadramento nas legislações específicas sobre o assunto e, declaro que, as devidas orientações foram prestadas ao proprietário do imóvel/edificação para que providencie o protocolo de regularização do imóvel no prazo estabelecido na legislação vigente. 3.4 – Quanto a HABITABILIDADE do Imóvel/Edificação:( ) DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, POSSUI CONDIÇÕES PLENAS de HABITABILIDADE, bem como suporta perfeitamente as atividades comerciais a serem desenvolvidas no endereço informado acima e do tipo (descrever a(s) atividade(s)) elencadas no item 1.d);Diante dessa afirmação assumo a total responsabilidade pelas condições estruturais de toda a edificação, sendo que as reformas e ampliações havidas até a presenta data não afetam em nada as referidas estruturas e também não apresentam risco aos usuários do imóvel.3.5 – Quanto a mobilidade:( ) DECLARO para os devidos fins a atividade a ser desenvolvido no endereço acima identificado, atende ao disposto nos Adendos 1A e 3B, da Lei Complementar municipal no 118, de 2017 – Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Santa Rosa, e suas alterações, dos quais trata dos tipos de veículos que poderão ser utilizados para o exercício da atividade no local;4. Declaração de CIÊNCIA e RESPONSABILIDADE: Ao emitir e assinar esta a Autodeclaração de Conformidade Multifuncional, estou ciente, sob pena de falsidade ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal, e que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a responsabilidade civil, administrativa e criminal, decorrente de eventuais prejuízos aos usuários e/ou a terceiros ocupantes do imóvel/edificação; e em caso de informações inverídicas ou descumprimento das leis vigentes e, caso se constate, a qualquer momento, desconformidade em relação aos parâmetros legais determinados pela legislação em vigor as licenças emitidas pelo Município serão canceladas, ficando sujeita às penalidades aplicáveis; da remessa de documentos sobre a responsabilidade profissional do declarante junto ao órgão de controle do exercício da profissão e à Procuradoria-Geral do Município para a apuração da responsabilidade civil e criminal e, se for o caso, acionamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Data da Emissão desta Declaração: Santa Rosa, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

|  |  |
| --- | --- |
| Proprietário do Imóvel:Assinatura. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF / CNPJ : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Responsável pelo Uso:Assinatura. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF / CNPJ : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

 |